

Judaísmo e Helenismo: encontro e conflito

Refletir sobre a história, mesmo a muito antiga, antes de Cristo, pode ser extremamente atual. Pode dar-nos uma nova dimensão da realidade, sugerir analogias, ajudar-nos a compreender o homem no mundo e sua história. Por isso estou falando de judaísmo e helenismo.

Mais atenção ainda deve dar ao tema o cristão que milita hoje neste nosso mundo tão dinâmico e tão pluralista, refletindo-o à luz da fé. É preciso lembrar que nós somos “netos” dos gregos e “herdeiros” dos judeus em nossas práticas culturais e religiosas.

A minha proposta é a seguinte:

- * olhar os acontecimentos históricos, de maneira breve e resumida, desde a época de Alexandre Magno até a época de Pompeu;

- * verificar a importância de alguns agentes do helenismo na Palestina;

- * conferir frutos da helenização na Palestina, a partir de alguns textos de judeus em grego;

- * finalmente, seguir algumas linhas de desenvolvimento do pensamento judaico em seu encontro e conflito com o mundo grego.

1. A PALESTINA DE ALEXANDRE A POMPEU

Em 332 aC, lutando contra os persas, o macedônio Alexandre Magno anexa a Palestina ao seu Império. Mas, com apenas 33 anos de idade, morre em 323 aC, sem deixar herdeiros. E, então, seus generais travam feroz luta pela sucessão.

O distrito de Judá, governado pelo sumo sacerdote do Templo de Jerusalém, pertencerá a senhores diversos até 301 aC, quando será controlado pelos Ptolomeus, reis macedônios sediados em Alexandria, no Egito.

Durante os 125 anos de domínio dos Ptolomeus sobre a Palestina, o número de judeus residentes no Egito cresce significativamente. Ptolomeu I Soter, por

exemplo, na sua luta pela posse da Celessíria (= Síria Meridional, Fenícia e Palestina), toma Jerusalém em 312 aC, deportando alguns milhares de judeus para o Egito. A maioria é destinada ao trabalho escravo das minas e da agricultura. Aliás, de 323 a 301 aC, a Palestina é cruzada sete ou oito vezes por exércitos gregos em luta¹.

Somadas às migrações e aos mercenários, tais situações acabam por aumentar espetacularmente o número de judeus no Egito, fazendo da diáspora alexandrina a maior comunidade judaica fora de Israel². É por essa razão que, por volta de 285 aC, o rei Ptolomeu II Filadelfo solicita aos judeus de Jerusalém a tradução da Torá para o grego, o que dará origem à conhecida LXX. O rei precisa conhecer as leis da comunidade judaica para melhor administrá-la. Além do que, há necessidades litúrgicas e legais dos judeus residentes em Alexandria, que não falavam mais o hebraico.

O sumo sacerdote continua a governar o distrito de Judá, mas a participação da aristocracia no poder é ampliada. Ao lado do sumo sacerdote é colocado um oficial especial, encarregado da administração e das finanças. Além disso, é instalada a *gerousia*, um senado aristocrático composto pelos chefes das famílias mais influentes, pelos sacerdotes e pelos escribas do Templo. Será o conhecido Sinédrio da época de Jesus. Segundo a lógica do Estado grego, o direito de cidadania é limitado a poucas famílias da aristocracia, para que estas controlem o resto da população. Por isso, apesar de relativo crescimento econômico, a concentração da riqueza nas mãos de poucos é incontestável³.

De modo geral, convém observar que o desenvolvimento econômico da região da Celessíria implica em uma estratégia política bem precisa por parte dos Ptolomeus: é a maneira mais eficaz de impedir o avanço de seus rivais Selêucidas sobre a região.

Entretanto, a partir de 198 aC, a Palestina passa para o domínio dos Selêucidas, reis macedônios que governam a partir de Antioquia, na Síria. A aristocracia judaica sente-se prejudicada, no seu processo de enriquecimento, pela limitação imposta pelas leis judaicas, que continuam em vigor. Aproveitando momento favorável – quando os Selêucidas devem enorme quantia a Roma depois de uma guerra perdida – a aristocracia judaica negocia com os Selêucidas a implantação dos valores e do modo de vida gregos na região de Judá. A lei judaica é abolida e a prática do judaísmo é proibida. Os judeus fiéis à tradição são perseguidos e mortos.

Isto provoca um levante armado de sacerdotes e camponeses, que, chefiados pelos Macabeus, conseguem tomar o poder no séc. II aC. Durante 79 anos a Judéia será independente e governada pelos Macabeus, que concentram em suas mãos os poderes político, militar e religioso.

1. Cf. ABEL. *Histoire de la Palestine depuis la conquête d'Alexandre jusqu'à l'invasion arabe*, vol. I. Gabalda, Paris 1952, 30-32.

2. É muito difícil calcular a população judaica da diáspora. Os dados são escassos e problemáticos. Em Alexandria, dois dos cinco bairros da cidade são ocupados principalmente por judeus. A cidade possui, na época romana, cerca de 1 milhão de habitantes e a comunidade judaica alcança o significativo número de 200 a 400 mil pessoas. Cf. esta questão em SAULNIER, C. *Histoire d'Israel. De la conquête d'Alexandre à la destruction du Temple (331 a.C. – 135 a.D.)*. Du Cerf, Paris, 1985, 286-287.

3. Cf. HENGEL, Martin. *Judaism and Hellenism. Studies in their Encounter in Palestine during the Early Hellenistic Period*. SCM Press, London, 1981, 24-29.

Esta breve e conturbada independência da Judéia terá seu fim quando o cônsul romano Pompeu anexa à poderosa República, em 63 aC, os territórios do decadente reino selêucida⁴.

2. OS AGENTES DO HELENISMO NA PALESTINA

Quando Alexandre chega à Ásia, vence os exércitos persas, destrói a fabulosa resistência de Tiro, toma posse do resto da Palestina sem esforço, é aclamado no Egito e coroado faraó, o que sentem os judeus?

Sentem o impacto da chegada de uma poderosa *organização militar* e de suas bem estruturadas técnicas de cerco e combate. O exército macedônio é, assim, o primeiro veículo concreto do helenismo na Palestina e a certeza de que novos tempos estavam começando.

A unidade básica do exército macedônio é a falange, que mantém sua forma e superioridade desde que foi desenvolvida por Filipe II, pai de Alexandre, até sua derrota para a legião romana.

Calcula-se que, entre a morte de Alexandre, em 323 aC, e a chegada de Pompeu, em 63 aC, a Palestina tenha sido palco de pelo menos 200 campanhas militares, o que não é de se desprezar. Com todas as seqüelas conhecidas de destruições, requisições, mortes e escravidão.

Além deste aspecto, é bom lembrar que mercenários judeus já lutavam em exércitos gregos, mesmo antes das conquistas de Alexandre. Tornaram-se, deste modo, conhecedores competentes da organização militar grega, conhecimento, mais tarde, bastante útil aos Macabeus na luta contra os exércitos selêucidas.

A literatura da época conserva imagens interessantes da visão judaica sobre o poder de Alexandre e seus sucessores⁵.

Outro significativo veículo da helenização da Palestina é a *organização administrativa e burocrática do país*. Especialmente nos 125 anos de domínio ptolomaico. As opiniões dos autores judeus desta época, sobre o governo estrangeiro, são marcadamente positivas. Claro, isto só até o confronto entre Macabeus e Selêucidas⁶.

Um laço comum une os diversos territórios conquistados por Alexandre: a língua grega, a *koiné*. Diz Martin Hengel: “Os mercadores gregos negociavam nela, tanto na Bactria, nas fronteiras da Índia, quanto em Marselha; as leis eram promulgadas nela e os tratados elaborados segundo determinado esquema; ela era a língua do diplomata e do homem de letras; e qualquer um que almejasse

4. Cf. SAULNIER, C. *A revolta dos Macabeus*. Paulinas, São Paulo, 1987.

5. Em 1Mc 1,2-4 se diz de Alexandre: “Empreendeu, então, numerosas guerras, apoderou-se de fortalezas e eliminou os reis da terra. Avançou até as extremidades do mundo e tomou os despojos de uma multidão de povos, e a terra silenciou diante dele. Assim exaltado, seu coração se elevou. E recrutou um exército sobremaneira poderoso, submetendo províncias, nações e soberanos, que se tornaram seus tributários”. Veja também Dn 7,7; 11,3.

6. Artápano, escritor judeu da época, considera a organização do Estado ptolomaico tão interessante que a faz derivar de seus famosos antepassados judeus José e Moisés. A Carta de Aristéias a Filócrates, escrita pelo fim do século II aC, descreve os dois primeiros Ptolomeus como governantes ideais.

respeitabilidade social ou apenas reputação de ser um homem educado deveria ter um impecável conhecimento dela”⁷.

Há documentos, como os *arquivos de Zenão* (uma coleção de cerca de 2.000 papíros encontrados no Egito após 1910), que atestam ser a língua grega bem conhecida pela alta sociedade do judaísmo palestino já por volta do ano 260 aC. Por isso, quando Antíoco IV, quase 100 anos depois, entra em choque com os judeus, o grego já é muito difundido. A resistência à helenização não impede a difusão da língua nem diminui a sua influência. Os próprios Macabeus, desejosos de influenciar a fortíssima diáspora, precisam desta língua internacional. Comprovam esta realidade a produção literária judaica em grego e a tradução grega de obras escritas em hebraico.

Ainda: o costume de adotar *nomes gregos* vira moda entre os judeus e por toda a Palestina. Uma forma intermediária bastante usada é o nome duplo semita-grego, como Eliakim-Alcimo, Jeshua-Jasão, Simeão-Simão.

O modo de vida helênico alcança rapidamente o mundo oriental através da educação, a *paidéia* grega. Normalmente traduzida por “educação, não é apenas a técnica que se aplica à criança (em grego *pais*). A *paidéia* é também a cultura, e os latinos traduzem-na por *humanitas*. É a mesma noção que damos à palavra “civilização”.

As escolas e os métodos pedagógicos gregos irão dominar sobre os modelos locais com muita facilidade. E, neste processo, a instituição de maior influência é o *ginásio*. Por isso o partido helenizante constrói o seu em Jerusalém.

Tamanha é a influência grega que, para combatê-la, os escribas judeus desencadeiam um movimento de instrução de todo o povo na Torá. Só que, mesmo assim, empregam métodos gregos.

3. FRUTOS DA HELENIZAÇÃO NA PALESTINA

A difusão da cultura grega na Celessíria pode ser verificada através do surgimento de uma literatura helenizada, especialmente nas cidades fenícias. A maior influência é a exercida pelo *estoicismo*, mas, a partir do século II aC, misturas ecléticas podem ser encontradas.

Entretanto, o mais interessante, para nosso objetivo, é constatar o aparecimento de uma *literatura judaica em grego*, interessada especialmente na história dos judeus⁸.

Assim é o *Samaritano anônimo*, que provavelmente vive na Palestina entre a conquista selêucida e a revolta dos Macabeus, ou seja, no início do séc. II aC.

Ele combina a história bíblica das origens com teogonias babilônicas e gregas e transforma Henoc e Abraão em portadores da cultura grega para todas as nações. Por exemplo:

* Abraão é um benfeitor cultural, descobre a astrologia enquanto está na Babilônia e transmite esta “ciência caldéia” aos fenícios e egípcios;

7. HENGEL, Martin. *Judaism and Hellenism*, 58.

8. Cf. HOLLADAY, C.R. *Fragments from Hellenistic Jewish Authors*. Vol. I: *Historians*. Scholar Press, Chico, Califórnia, 1983.

* Abraão aparece associado ao templo samaritano do Garizim onde se encontra com Melquisedec;

* Sara tem sua castidade miraculosamente protegida por ocasião de seu casamento com o faraó (cf. Gn 12,10-20).

* Abraão desenvolve atividades civilizatórias em Heliópolis, instruindo os sacerdotes desta cidade egípcia em astrologia e coisas afins.

Já o sacerdote judeu *Eupólemo*, do séc. II aC, descreve a história nacional judaica, com especial atenção para o Templo. Seu pai João é influente membro da *gerousia* de Jerusalém (cf. 1Mc 8,17-20 e 2Mc 4,11).

C.R. Holladay comenta: “A obra pertence a uma tradição historiográfica bem estabelecida na época helenística e representada por autores tais como Maneton e Beroso, que procuram descrever sua própria história nacional em língua grega. Típico deste gênero são as suas agudas tendências encomiásticas, através das quais a história de Israel, heróis e instituições são engrandecidos e apresentados em termos gloriosos”⁹.

Neste sentido:

* Moisés é o primeiro legislador, primeiro sábio e benfeitor cultural: é ele quem transmite aos judeus o conhecimento do alfabeto e das ciências em geral, conhecimento depois repassado por eles aos fenícios e destes aos gregos.

* Os limites do reino de Davi são ampliados, indo até o Eufrates.

* As dimensões do Templo de Salomão são aumentadas e sua beleza interna – especialmente a quantidade de ouro – é impressionante.

Pode-se perceber que a obra de Eupólemo é historicamente negligenciável, mas é importante na medida em que revela tendências da época macabéia. E isto nos interessa na definição do judaísmo em sua relação com o helenismo. Eupólemo é o mais antigo historiador judeu-helenístico que conhecemos.

Jasão de Cirene, cujo trabalho está preservado no resumo conhecido como 2 Macabeus, escreve sua obra talvez após a morte de Judas Macabeu (160 aC). Judeu da diáspora, Jasão narra os acontecimentos da reforma helenística na Judéia. Descreve a luta de Judas Macabeu pela liberdade em solene estilo historiográfico helenístico, embora use alguns temas do pensamento assídeo (= assídeos são os judeus fiéis à Lei, que lutam contra a helenização ao lado dos Macabeus).

Nota-se que, enquanto no meio judaico de Alexandria predomina uma literatura filosófica – cujo expoente máximo será Filon de Alexandria, do séc. I dC –, os judeus da Palestina produzem escritos predominantemente históricos. Seu nome mais famoso: Flávio Josefo, também do séc. I dC.

Estes trabalhos historiográficos são extremamente patrióticos. Mostram os valores judaicos como necessários e fundamentais, tentam explicações teológicas e racionais para justificá-los, usando para isso os próprios recursos da historiografia grega¹⁰.

9. IDEM, *ibidem*, 95.

10. HENGEL, Martin. *Judaism and Hellenism*, p. 100, observa: “Os judeus são o único povo do Oriente que compete deliberadamente com a visão grega do mundo e da história, quer dêem a seus trabalhos ‘históricos’ a tradicional forma de crônica, a críptica forma de um esboço apocalíptico da história ou mesmo a roupagem diferente da historiografia helenística”.

Finalmente, um alerta: a tradicional distinção, feita por muitos estudiosos, entre o judaísmo palestino e o judaísmo helênico (diáspora) precisa ser revista. Todo o judaísmo, desde a metade do séc. III aC, pode ser chamado de “judaísmo helenístico”, pois o helenismo conquista, desde o começo, um significativo espaço cultural na própria Palestina.

4. AS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO JUDAICO EM SEU CONFRONTO COM O HELENISMO

É bastante difícil demonstrar as influências helenísticas diretas nos escritos judaicos da época grega.

Por razões diversas. A dificuldade lingüística, em primeiro lugar. Os conceitos gregos são imperfeitamente transmitidos em construções literárias semitas. Mas não é só. Há ainda incerteza quanto às datas de composição de várias obras, a influência de contatos com os gregos anteriores à época de Alexandre Magno e a parcialidade dos combativos escritos anti-helênicos conservados, como os documentos essenciais recuperados na região do Mar Morto ou os escritos dos grupos apocalípticos.

Por outro lado, entre o fim do domínio persa e a chegada de Roma à região, chama a atenção a quantidade e a variedade da literatura produzida pelos judeus. Isto indica surpreendente efervescência na minúscula comunidade judaica.

Por isso, mais do que traçar possíveis influências, procura-se seguir certas linhas de desenvolvimento do pensamento judaico em sua controvérsia com a pressão cultural da época helenística¹¹.

De imediato, observa-se o aparecimento de novos gêneros literários, todos típicos do mundo grego, incomuns entre os judeus. Como a epístola, o romance histórico, a narrativa aretológica (= elogio do comportamento virtuoso) e a pseudo-epigrafia na literatura apocalíptica.

Mas, de modo geral, duas correntes de pensamento podem ser percebidas nesta época: a *corrente sapiencial*, desenvolvida nas várias “escolas de sabedoria”, com múltiplas tendências, e a *corrente apocalíptica*, filha da enfraquecida profecia, leitura camuflada e simbólica, mas contundente, da nova realidade.

Talvez o ponto comum mais evidente nas tendências predominantes de pensamento seja o uso de incipiente *racionalidade*. Que se manifesta, entre outras possibilidades, na absorção de termos abstratos – desconhecidos na estrutura mental semita, mas centrais no pensamento grego – e no começo de uma certa sistematização e regularidade nas descrições da natureza, da história e da própria existência humana.

Isto é mais evidente, é claro, nos escritos sapienciais. Uma forte tendência das escolas de sabedoria, por exemplo, é a de realizar a fusão da sabedoria internacional com a piedade tradicional, como pode ser visto no Eclesiástico ou em Provérbios 1-9. Ou ainda a tendência crítica e universalista de Jó e Eclesiastes.

11. Martin HENGEL dedica o capítulo mais importante e extenso de seu competente *Judaism and Hellenism* a esta questão (veja Capítulo III, p. 107-254).

Procurou-se, durante muito tempo, estabelecer a possível influência da filosofia grega clássica sobre a sabedoria judaica. Talvez seja mais correto falarmos de um estágio “pré-filosófico” da sabedoria judaica, com maiores afinidades com a filosofia popular grega. Há aí, claro, fortes tendências sincréticas, mas o pensamento grego que mais fortemente penetra nos arraiais judaicos é o *estoicismo*, em suas versões mais populares.

Um dos aspectos mais populares do estoicismo é a sua pregação de uma fraternidade universal entre os homens, onde não haveria distinção entre gregos e bárbaros, nem entre livres e escravos.

Segundo o estoicismo “o essencial é distinguir ‘o que depende de nós’ e ‘o que não depende de nós’. No segundo grupo fica tudo o que depende das paixões, e o que é preciso aprender a renunciar através de uma longa ascese que vai conduzir ao domínio sobre si mesmo, à apatia (ausência de paixão). O que depende de nós é precisamente a vontade, que faz do sábio um igual a Deus. Moral dura, mas exaltante, que torna o homem independente das circunstâncias, e, em particular, da sua classe e da sua situação”¹². Mas esta moral estóica é fatalista, pois sustenta o conformismo a uma dada ordem.

Falávamos da sabedoria. Contudo, mesmo os escritos apocalípticos mais antigos, provenientes dos círculos dos assídeos que combatem a helenização na Palestina, só se tornam possíveis através da assimilação de variados elementos sincréticos estrangeiros, como os babilônios, os persas e gregos.

Conclui-se, portanto, que, pelo menos nos primeiros tempos, o helenismo não causou rupturas graves no desenvolvimento do pensamento judaico. Há, isto sim, uma progressiva assimilação e relativa filtragem, que pode ser rastreada desde a metade do séc. III aC.

Abordo aqui, a título de exemplo e demonstração do que vem sendo dito sobre a influência grega, com toda a provisoriedade exigida, apenas alguns aspectos da *corrente sapiencial*, exemplificada através do *Eclesiastes* e do *Eclesiástico*.

No *Eclesiastes* ou *Qohélet* observam-se evidentes indícios da nova realidade greco-palestina. A obra é escrita pela metade do séc. III aC, portanto, no período do *boom* econômico ptolomaico.

Chama a atenção do leitor o frio ceticismo do autor, sua racionalidade extremamente objetiva, sua desilusão com a teologia otimista da sabedoria tradicional. O sentido do governo divino sobre o mundo não é óbvio e a justiça javista não funciona. O homem fica nas mãos de um destino desconhecido e hostil. Ecl 2,17 afirma: “Detesto a vida, pois vejo que a obra que se faz debaixo do sol me desagrada: tudo é vaidade e correr atrás do vento”.

J. Guinsburg acredita que o *Qohélet* rejeita três tendências de sua época: o conservadorismo apocalíptico – mais tarde típico dos essênios – e o racionalismo filosófico e o ecletismo cosmopolita, defendidos pelos adeptos da helenização¹³.

12. LEVÊQUE, P. *O mundo helenístico*. Edições 70, Lisboa, 1987, 119.

13. Cf. GUINSBURG, J. *Qohélet, O-Que-Sabe que não sabe*, em *Folhetim*, n. 487, *Folha de São Paulo*, 08.06.1986. Guinsburg conclui: “Todas estas correntes polarizadas, que constituem outras tantas faces da resposta judaica à pressão ideológica e às tentativas de imposição político-cultural do grecismo, não conseguem atraí-lo”.

Martin Hengel, por outro lado, opina que a ética do Qohélet é “burguesa”¹⁴.

Por “burguesia” ele entende aquele estrato social que forma a força dominante do mundo helenístico, a “nata social”, que vive de seus investimentos em terras ou outros negócios. Na vida, este grupo busca segurança e prazer. Tem um pensamento racional, mas é basicamente conservador.

Neste contexto, Qohélet representaria o primeiro momento da crise gerada pela helenização. Vê-se a fragmentação e a falência da teologia e da piedade tradicionais, mas sua formação aristocrática e tradicional o impede de romper com Javé, a quem ele confirma como o senhor de tudo o que existe e acontece. Embora a lógica da vida seja absurda e desumana.

O Qohélet faz severas críticas ao sistema opressivo do domínio estrangeiro em 4,1: “Observo ainda as opressões todas que se cometem debaixo do sol: aí estão as lágrimas dos oprimidos e não há quem os console; e força do lado dos opressores, e não há quem os console”. É possível que em 5,7-8 ele esteja aludindo às injustiças cometidas pelos seus próprios conterrâneos em nome dos dominadores estrangeiros dentro da típica administração ptolomaica: “Se numa província vês o pobre oprimido e o direito e a justiça violados, não fiques admirado: quem está no alto tem outro mais alto que o vigia, e sobre ambos há outros mais altos ainda”.

R. Michaud, por sua vez, adota interessante hipótese de Norbert Lohfink acerca do Qohélet¹⁵. Quando, por volta de 248 aC, o rico José, o Tobiada, torna-se o coletor de impostos da Celessíria, em nome dos Ptolomeus, ele vem morar em Jerusalém, acelerando a implantação da educação grega na cidade. Além de filho do poderoso Tobias, ele é sobrinho do sumo sacerdote Onias II. Os mestres tradicionais do Templo vão se enfrentar, então, com os inúmeros filósofos ambulantes que invadem a cidade, segundo o costume grego. Nesta ocasião, para escândalo dos tradicionalistas, um dos mestres judeus, o nosso inovador sábio, resolve ir para as ruas, acompanhado por seus discípulos. Adota o mesmo método dos gregos para poder enfrentá-los. Ele se transforma em um sábio ambulante que observa os acontecimentos do cotidiano e tira suas conclusões a partir da fé javista.

Já o *Eclesiástico* (= Sirácida), escrito no início do séc. II aC, polemiza com a aristocracia de Jerusalém que está abandonando a fé de seus antepassados em decorrência de sua assimilação da cultura grega. O *Eclesiástico* considera os grupos da alta sociedade de Jerusalém como apóstatas da Lei e descrentes das ações de Javé em favor dos homens.

Contra tal tendência ele justifica a retribuição divina. E desenvolve, sob influência provável das filosofias mais populares da época, uma teodicéia da criação. O mundo foi criado por Javé para a salvação do ser humano com um profundo sentido de harmonia: “Todas as obras do Senhor são magníficas. Todas as suas ordens são executadas pontualmente”, afirma Eclo 39,16.

O centro da humanidade é Israel, com sua única e miraculosa história guiada por Javé. Na Lei de Moisés, Israel recebe a sabedoria divina, o poder que regula toda a criação. Além disso, ele admoesta os filhos do sumo sacerdote Simão

14. Cf. HENGEL, Martin. *Judaism and Hellenism*, 126-127.

15. Cf. MICHAUD, R. *Qohélet et l'hellénisme*. Du Cerf, Paris, 1987, 117-120. O estudo de Norbert LOHFINK, citado por Michaud, é *Kohélet*, Echter Verlag, Würzburg, 1980².

que estão em luta pelo poder, intercede em favor do pobre oprimido – “Escasso alimento é o sustento do pobre, quem dele o priva é um homem sanguinário. Mata o próximo o que lhe tira o sustento, derrama sangue o que priva do salário o diarista” (Eclo 34,21-22) – e pede, à maneira dos antigos profetas, a realização da salvação escatológica para Israel.

O Sirácida identifica a sabedoria à Lei mosaica – “saí da boca do Altíssimo e como neblina cobri a terra”, diz Eclo 24,3; e 24,23: “Tudo isto é o livro da Aliança do Deus Altíssimo, a Lei que Moisés promulgou, a herança para as assembléias de Jacó” –, garantindo não só que o mundo foi criado por Javé para a salvação do homem, mas que Israel é o centro da humanidade com sua exclusiva história comandada por ele.

Ou seja: em sua polêmica com o racionalismo secular grego, o Eclesiástico procura salientar a superioridade da fé e da tradição israelitas codificadas na Lei.

CONCLUSÃO

Certamente esse é apenas um rápido e insuficiente tratamento do problema. Mas, para terminar, quero chamar a atenção, neste jogo de assimilação e combate às idéias helênicas, para a tendência absolutizante da Torá.

Quando, na tradição farisaica, é feita a identificação da Lei com a sabedoria “divina”, revelada a Israel e ocultada à razão humana, o que está em ação é uma *ontologização da Torá*, que terá múltiplas conseqüências históricas e teológicas.

Há no judaísmo pós-exílico uma perda evidente da consciência histórica, levando à segregação progressiva do judaísmo rabínico, especialmente após a dispersão do ano 70 dC.

A ação eficaz do “fazer justiça”, construindo uma sociedade solidária, tão típica da teologia mosaica e profética, perde seu impulso. No seu lugar desenvolve-se a idéia do “ser justo”. Ser judeu, agora, na época greco-romana, é ser justo. E ser justo é observar com o maior rigor possível os preceitos da Torá. Especialmente as regras da pureza ritual, as obras de piedade e de misericórdia, o sábado, a circuncisão, as festas.

É a falência do projeto javista, pois o judeu poderá manter sua identidade sem precisar construir uma sociedade nova, onde o direito, a justiça e a solidariedade regem as estruturas políticas, sociais e econômicas.

É, por outro lado, o preço pago para salvar o grupo, realimentado pelo despertar de uma consciência que liga fortemente o povo de Israel à religião judaica.

É o bloqueio das dissidências e do sincretismo, pelo menos na Judéia, concretizado na ruptura com os grupos que apresentavam projetos sociais alternativos, tais como os cristãos primitivos.

LEITURAS RECOMENDADAS

1. Para um panorama do Israel pós-exílico recomendo Jorge PIXLEY, *A história de Israel a partir dos pobres*. Vozes, Petrópolis, 1989.
2. Para a luta dos Macabeus é útil e de fácil leitura o *Caderno Bíblico* n. 41 de C. SAULNIER, *A revolta dos Macabeus*. Paulinas, São Paulo, 1987.
3. Para os sapienciais pode servir o *Caderno Bíblico* n. 28, de AA.VV., *As raízes da Sabedoria*. Paulinas, São Paulo 1983.

4. Para o Eclesiastes, deve ser lida a bela transcrição de Haroldo de CAMPOS, *Qohélet, O-Que-Sabe: poema sapiencial*. Perspectiva, São Paulo, 1990.
5. Sobre o Eclesiástico existe o comentário de Ney BRASIL PEREIRA, *Sirácida ou Eclesiástico. A Sabedoria de Jesus, filho de Sirac*. Vozes/Methodista/Sinodal, Petrópolis/São Bernado do Campo/São Leopoldo, 1992.

Airton José da Silva
Av. Papa João XXIII, 300
Caixa Postal 30
14340-000 Brodósqi, SP